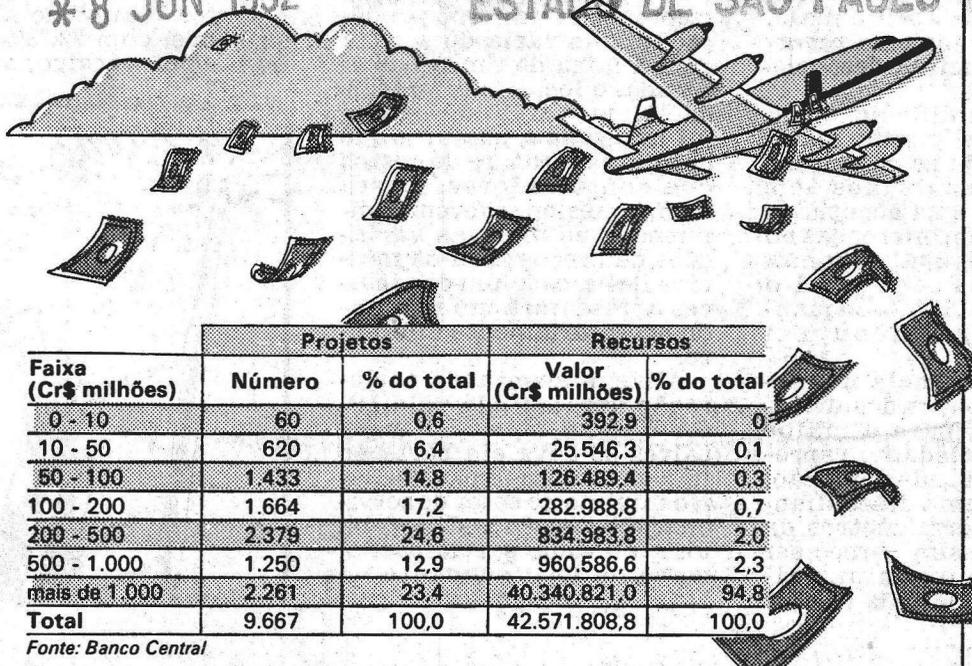


## Dinheiro pulverizado

Número de projetos e recursos por faixa de valor no Orçamento da União

\* 8 JUN 1992

ESTADO DE SÃO PAULO



Faixa (Cr\$ milhões)	Projetos		Recursos	
	Número	% do total	Valor (Cr\$ milhões)	% do total
0 - 10	60	0,6	392,9	0,1
10 - 50	620	6,4	25.546,3	0,1
50 - 100	1.433	14,8	126.489,4	0,3
100 - 200	1.664	17,2	282.988,8	0,7
200 - 500	2.379	24,6	834.983,8	2,0
500 - 1.000	1.250	12,9	960.586,6	2,3
mais de 1.000	2.261	23,4	40.340.821,0	94,8
<b>Total</b>	<b>9.667</b>	<b>100,0</b>	<b>42.571.808,8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco Central



Pedro Parente

“Verbas não dão sequer para construir o canteiro de obras”

# Politicagem faz orçamento virar fictício

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — Aracaju, a capital de Sergipe, ganhou recursos do Orçamento da União este ano para estender sua rede de abastecimento de água a mais 1.747 famílias. A obra é certamente importante para a cidade, nestes tempos de cólera, mas o valor da dotação aprovada é inacreditável — nove mil cruzeiros redondos, suficientes apenas para comprar 18 copinhos de água mineral.

Este é um exemplo extremo do que a área econômica do governo chama de “pulverização do orçamento” — a distribuição do dinheiro disponível para

investimentos por um número tão grande de projetos que as dotações ficam microscópicas.

“Muitas vezes, as verbas não dão sequer para construir o canteiro de obras”, diz o secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Parente. Os técnicos da Economia atribuem a responsabilidade pela distorção aos políticos.

O projeto da Lei Orçamentária chegou ao Congresso com cerca de dois mil itens de investimento e voltou ao Execu-

tivo engordado por quase oito mil novos itens. O texto aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República inclui exatos 9.667 projetos de investimento, dos quais cerca de 22%, ou 2.113 projetos, têm valor até Cr\$ 100 milhões cada um — a maior parte deles incorporados ao orçamento por emendas de parlamentares.

“A pulverização existe, mas não se pode generalizar”, defende-se o líder do governo na Câmara dos Deputados, Humberto Souto (PFL-MG). A Constituição, lembra, garante ao Congresso o direito de modificar o orçamento proposto pelo Executivo.

Do lado da Economia, os técnicos re-

conhecem a prerrogativa, mas deploaram a falta de racionalidade nos gastos. “O resultado dessa pulverização é que o retorno para o contribuinte em bens e serviços públicos fica muito reduzido”, diz Parente — o governo gasta mal o pouco dinheiro que tem para investir, em obras inacabadas ou até mesmo conflitantes.

A resposta do governo é o chamado “contingenciamento” — o Executivo bloqueia a execução dos gastos, liberando a conta-gotas apenas as despesas que considera prioritárias. Na verdade, muitos desses projetos são incluídos no Orçamento apenas para que o parlamentar possa responder às demandas

de seu eleitorado, acusam funcionários do Executivo. O parlamentar sabe que a obra não será executada, mas apresenta sua pequena emenda assim mesmo. O Executivo, por sua vez, também sabe que não terá dinheiro para fazer tudo o que foi aprovado, mas não pode vetar parcialmente os projetos e publica a lei assim mesmo. O resultado é um orçamento de ficção — nada do que está escrito é válido.